

**Diagnóstico da Transformação Digital, entre a Cidade Digital e a Cidade Inteligente:
Um estudo de caso sobre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.**

Samuel Santos Oliveira¹

Beatriz Rodrigues Silva Bockorni²

Georgia dos Santos Sirqueira³

Rebeca Tavares Marinho⁴

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: Vitória da Conquista, a terceira cidade mais populosa da Bahia, enfrenta desafios relacionados à gestão municipal, participação cidadã, políticas públicas e o impacto do crescimento urbano. A transformação digital e a criação de uma cidade mais inteligente são estratégias para enfrentar esses desafios.

Objetivo/Proposta: Este trabalho tem como objetivo destacar os avanços alcançados e como a transformação digital tem moldado o desenvolvimento da cidade de Vitória da Conquista.

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com base em levantamento bibliográfico e estudo documental, para analisar o processo de transformação digital na cidade.

Principais Resultados: A pesquisa revelou que Vitória da Conquista está progredindo em direção a se tornar uma cidade digitalizada e, consequentemente, mais inteligente. No entanto, ainda há desafios a serem superados para melhorar a resolução de problemas públicos e facilitar o acesso dos cidadãos a informações e serviços municipais de forma mais integrada.

Considerações Finais/Conclusão: O estudo ressalta a importância da integração entre a tecnologia e outras áreas da gestão pública municipal para promover uma cidade mais inteligente e eficiente.

¹ Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e em Ciência de Dados pela Faculdade de Minas Gerais (FACUMINAS). Email: Samuel.oliveira0896@outlook.com.

² Mestranda em Memória pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Especialista em Gestão Pública Municipal pela mesma instituição. Email: beatrizrsbockorni@gmail.com.

³ Pós-Graduanda em Gestão Pública Municipal - UESB e em MBA Gestão em Logística - FACUMINAS. Email: spellhta@gmail.com.

⁴ Especialista em Gestão Pública Municipal e Graduada em Administração na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: becktmarinho@gmail.com.

Contribuições do Trabalho: Este trabalho contribui para a compreensão dos avanços e desafios da transformação digital em cidades médias como Vitória da Conquista, destacando a necessidade contínua de investimentos em tecnologia e governança para promover um ambiente urbano mais sustentável e participativo.

Palavras-chave: Cidade Digital; Cidade Inteligente; Gestão Pública; Prefeitura; TICs.

1. INTRODUÇÃO

A gestão pública desempenha um papel crucial na definição da qualidade de vida e no progresso das comunidades urbanas. Nesse contexto, as cidades estão passando por uma transformação significativa, impulsionada pela revolução tecnológica e pela necessidade de se tornarem mais eficientes, participativas e orientadas para o cidadão. Diante desse cenário, emerge o conceito de "Cidade Digital" e "Cidade Inteligente", onde a administração pública desempenha um papel central na viabilização desse processo.

No entanto, para que uma cidade avance nessa jornada de transformação digital e se torne verdadeiramente inteligente, é fundamental compreender como a gestão da informação pública está sendo conduzida. A informação é um recurso vital para a administração pública, sendo um elemento essencial para o desenvolvimento social e o pleno exercício da cidadania. Além disso, o acesso à informação é um dos pilares da gestão participativa, possibilitando que os cidadãos participem ativamente do planejamento das ações públicas e da alocação de recursos.

No contexto específico da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, uma das maiores cidades do Estado da Bahia, a busca pela digitalização e pela maior transparência na disponibilização de informações para os cidadãos tem sido uma prioridade. Nesse sentido, este estudo de caso se propõe a investigar a gestão da informação pública nesse município e a identificar possíveis áreas de melhoria. Diante deste contexto da transformação digital para o inteligente, como a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista está gerenciando e disponibilizando informações públicas?

Com base na pergunta problema apresentada, é possível definir os seguintes objetivos:

- Analisar a literatura acadêmica e documentos oficiais relacionados à transformação digital em administrações públicas municipais, com foco nas práticas de gestão da informação.
- Investigar as políticas e iniciativas adotadas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no que diz respeito ao gerenciamento e disponibilização de informações públicas, identificando os principais processos e sistemas envolvidos.
- Analisar as oportunidades que surgiram com a transformação digital, incluindo o uso de tecnologias emergentes, como big data e inteligência artificial, para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos.
- Propor recomendações e estratégias baseadas na revisão bibliográfica e na análise documental para aprimorar a gestão da informação na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, visando promover uma maior participação cidadã e contribuir para a transição da cidade de uma Cidade Digital para uma Cidade Inteligente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, que está subdividido em quatro subtópicos, será abordada a relação entre gestão da informação, transformação digital e cidades inteligentes, destacando a importância de uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento sustentável e a participação cidadã.

2.1 GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

A informação é vista como um recurso eficaz e indispensável para o setor público. Conforme destacado por Rezende (2007), pode ser concebida como um dado ao qual é atribuído um valor significativo com um sentido natural e lógico para aqueles que a utilizam. Portanto, é um dado que, quando transformado, torna-se útil.

De acordo com Jambeiro, Borges e Sobreira (2007), a informação desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e no exercício da cidadania. Em outras palavras, a falta de acesso a informações ou o acesso a informações não confiáveis dificulta o pleno exercício da cidadania.

Os autores também enfatizam que a implementação de políticas de acesso à informação é essencial para a oferta de serviços relacionados a elas (JAMBEIRO; BORGES; SOBREIRA, 2007, p. 110). Rezende (2007) concorda, observando que a informação desempenha um papel na definição do planejamento estratégico de um município, promovendo assim uma gestão participativa na qual os cidadãos podem opinar sobre as decisões do setor público e contribuir para uma melhor alocação de recursos e para a oferta de serviços e produtos necessários.

Portanto, é crucial que os municípios prestem atenção à coleta, armazenamento e tratamento de dados, uma vez que o volume substancial de informações produzidas, registradas e divulgadas pelos órgãos públicos exige meios de processamento, armazenamento e disseminação de alta qualidade. O desenvolvimento de tecnologias avançadas da informação e comunicação (TICs) tem desempenhado um papel importante na resolução desse problema, permitindo a criação de serviços eletrônicos voltados especificamente para a gestão e disponibilização de informações públicas (JAMBEIRO; BORGES; SOBREIRA, 2007, p. 110).

Assim, compreende-se que as tecnologias da informação facilitam a coleta, o tratamento e a divulgação de dados, incluindo não apenas os dados coletados, mas também aqueles criados internamente pela organização. A informação pública é definida como qualquer informação produzida por uma entidade do setor público e, como tal, é de natureza pública. A disponibilização de informações públicas aumenta a transparência das ações do poder público perante a população, dificultando práticas ilegais por parte da administração pública, uma vez que pode ser mais facilmente fiscalizada (UHLIR, 2006).

Além disso, a disseminação de informações também contribui para melhorias na segurança, saúde e bem-estar da população em geral. Os cidadãos, ao terem acesso a mais informações, podem tomar decisões mais informadas sobre suas vidas e participar ativamente das decisões governamentais, auxiliando na gestão do interesse público (UHLIR, 2006; JAMBEIRO; BORGES; SOBREIRA, 2007).

Concordando com esse ponto de vista, Jambeiro, Borges e Sobreira (2007, p. 111) afirmam que "A oferta de serviços online é, portanto, uma das abordagens utilizadas pelos governos municipais para divulgar informações de utilidade pública, contribuindo para o fortalecimento de seu relacionamento com os cidadãos". Portanto, a divulgação de informações beneficia não apenas o governo, mas também os cidadãos.

Uhlir (2006) destaca que o objetivo principal deve ser proporcionar acesso universal à informação e melhorar a qualidade das informações divulgadas pelo setor público, especialmente aquelas geradas ou de interesse público. Isso visa facilitar o acesso dos cidadãos às informações e ao conhecimento que advém da disponibilização coletiva dessas informações.

O processo de divulgação de informações no setor público requer o desenvolvimento de políticas de informações integradas que considerem o escopo das informações a serem disponibilizadas. Além disso, é fundamental reconhecer que o acesso e o uso de informações públicas são princípios legais. A estrutura das informações, seja em formato impresso ou digital, deve atender às necessidades da população, seguindo uma estrutura adequada para sua divulgação, que inclua requisitos e estratégias para garantir uma melhor disponibilidade (UHLIR, 2006).

Nesse contexto, ao longo dos anos, foram promulgadas leis com o objetivo de facilitar o acesso às informações para a população em geral. A primeira delas é a Lei de Arquivos, de número 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que estabeleceu um regime jurídico para arquivos, abrangendo atores e processos que envolvem o Estado e a sociedade. No entanto, essa lei também continha um capítulo sobre o sigilo de documentos públicos, que, na prática, tinha pouca eficácia (JARDIM, 2013).

A Lei de Acesso à Informação, número 12.527, de 1 de novembro de 2011, revogou o capítulo sobre o sigilo de documentos públicos e introduziu novas perspectivas sobre como os dados são arquivados e acessados. Seu principal fundamento é a promoção da transparência do Estado, garantindo o acesso à informação como um direito do cidadão (JARDIM, 2013).

Uma lei mais recente, a Lei Geral de Proteção de Dados, número 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamenta o tratamento de dados pessoais no território nacional, aplicando-se a pessoas físicas, jurídicas e ao poder público. Essa lei garante ao indivíduo o controle sobre suas informações e a transparência em todo o processo (BRASIL, 2018; RODRIGUES; PAULA, 2022).

A coleta, transformação, uso e divulgação de dados são aspectos fundamentais que envolvem não apenas o setor público, que os utiliza para aprimorar os serviços públicos, mas também a garantia da cidadania e da gestão participativa. Da mesma forma, a divulgação de informações criadas dentro das entidades públicas permite que a população exerça sua cidadania e fiscalize o uso de recursos e o tratamento de dados, contribuindo para melhorias contínuas nos processos.

2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL

O Planejamento Estratégico Municipal (PEM) é uma ferramenta de gestão que, como destacado por Pfeiffer (2000), tem como princípio tornar o funcionamento de uma organização

mais eficiente. Deve ser uma prioridade na administração municipal, direcionando ações, políticas públicas e recursos para atender às necessidades da população. Nas palavras de Rezende (2009, p. 176), "O PEM é um processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações do município". Ele se compromete a ouvir as demandas dos municípios nas reuniões do orçamento participativo, buscando atender aos anseios e resolver os problemas reais da comunidade e seus bairros.

Nesse sentido, o PEM pode ser dividido em três eixos: o eixo econômico, que abrange ciência, tecnologia, inovação, turismo, serviços, comércio, agricultura e indústria; o eixo social, englobando habitação, saúde, segurança, esporte, lazer, educação e cultura; e o eixo de infraestrutura, que envolve transporte, serviços públicos, meio ambiente, urbanismo e área rural. Essa abordagem direciona os recursos de forma mais precisa, visando atender de maneira abrangente às necessidades dos cidadãos. É importante lembrar que alguns dos recursos provenientes das arrecadações municipais, estaduais e federais têm destinações preestabelecidas, como os recursos destinados à educação e saúde.

Os planos elaborados no âmbito do PEM devem contemplar ações de curto, médio e longo prazo. Dessa forma, o PEM não se limita aos quatro anos de um mandato específico, mas se estende aos mandatos subsequentes do governo municipal. O foco deve ser sempre as necessidades da população, independentemente do partido ou governante eleito.

No caso dos PEMs, há maior flexibilidade em sua elaboração, permitindo que os técnicos e os municípios proponham abordagens municipais diferenciadas e mais adaptadas. A combinação dos princípios de cada uma das duas tipologias de plano, como apontado por Rezende e Ultramari (2007, p. 258), envolve o potencial diagnóstico, a participação popular, o engajamento de diversos agentes sociais e a liberdade na proposição, resultando em ganhos significativos.

Ao conhecer profundamente o território e a região em que a cidade está inserida, os responsáveis pela elaboração do PEM podem identificar as áreas em que os recursos serão mais bem aproveitados e onde as ações terão maior impacto na vida dos cidadãos. O conhecimento local reduz os riscos de o PEM não estar alinhado com a realidade dos envolvidos, aproveitando ao máximo o potencial da cidade e sua capacidade de gerenciar os recursos de maneira responsável e consciente.

A prática do planejamento nos municípios tem como objetivo corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, eliminar condições indesejáveis para a comunidade local, remover barreiras institucionais e garantir a concretização de propostas estratégicas, objetivos a serem alcançados e ações a serem implementadas, como destacam Rezende e Ultramari (2007, p. 258).

Em resumo, o PEM visa fornecer ao gestor municipal os dados e informações necessários para tomar decisões eficazes e assertivas. Isso assegura que a administração pública direcione sua energia e esforços para obter resultados satisfatórios que atendam ampla e precisamente às necessidades da população.

2.3 A CIDADE DIGITAL E A INTELIGENTE

A proposição conceitual para o que são as cidades atravessa a história e possui respostas muito atreladas ao contexto histórico e social em que estão inseridas. Em face disto, o vocábulo “cidade” no Brasil pode ser compreendido de forma diferente do que na China, por exemplo. Lencione (2008, p. 117) vai afirmar que “ao falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença do mercado (troca) e que possui uma administração pública.” Percebe-se que, segundo a visão de Lencione (2008), o conceito de cidades no Brasil seja bem genérico. Isto porque uma pequena vila que possua um certo grupo de pessoas vivendo ali, com uma pequena economia que atraia pessoas do seu entorno para seu centro e possua uma administração pública se conceitua como uma cidade.

Diante de todo o arcabouço em que as cidades têm evoluído, deixando de ser palcos das transformações na sociedade, estas têm passado por um novo estágio em que se tornam parte principal da sociedade interconectada. E sabendo dos impactos que as revoluções possuem, compreendendo o atual contexto da Quarta Revolução Industrial, cujo escopo é a informação, o mundo tende a se tornar cada vez mais conectado. Foi a partir da Primeira Revolução Industrial que surgiu um novo conceito para as cidades, “diversos autores na discussão sobre o urbano fazem relação entre urbano e industrialização, por assim dizer, entre urbano e sociedade industrial capitalista (...).” (LENCIONE, 2008, p. 118). Portanto, permite-se assim compreender que a questão do ser urbano tem estrita relação com o ser industrial.

A origem do conceito de cidades inteligentes é recente, datado do início da década de 1990 na perspectiva econômica em que o desenvolvimento urbano aliado às tecnologias poderia trazer retornos positivos para as cidades. No entanto, é na segunda metade da década de 2000 que se iniciam estudos mais aprofundados sobre o tema, isto devido à grande influência que a Era da informação estava e ainda continua a exercer no contexto estrutural da comunicação entre as pessoas e na forma com que elas interagem enviando e recebendo informação através da própria cidade (RIZZON *et al*, 2017, p 126).

A era da informação trouxe além de maiores conexões no âmbito local, a informação hoje percorre o globo em pouco tempo. A facilidade que isto trouxe fez com que as transações entre países fossem mais próximas e rápidas. O mundo inteiro se conectou e segundo Gama e Fernandes (2014)

dos conceitos de globalização, rede e tecnologias, surge-nos a conceitualização de uma sociedade “conectada”, sociedade onde todos, simples cidadãos, empresas, organizações e administração pública, estão permanentemente ligados em rede e, através da qual, exercem as suas atividades. (GAMA; FERNANDES, 2014, p.10)

O conceito de cidade inteligente para Capello e outros (2009) vai além do que seja material, mesmo que ele seja excelente em qualidade e muito em quantidade. A concepção dos autores é que uma cidade inteligente é aquela que busca impulsionar através de uma estrutura de TIC o crescimento econômico e social de maneira sustentável, fornecendo o melhor em qualidade de vida para seus cidadãos, que são a força de trabalho, o principal recurso. Desta

forma, através da estrutura de TIC, a cidade inteligente consegue integrar diversos eixos que a caracterizam de forma eficaz unindo forças com a tecnologia (FIGURA 1).



Figura 1 - *Smart Cities of the future in Asia: The opportunities for UK business.* (Cidades Inteligentes do Futuro na Ásia: As oportunidades para o negócio no Reino Unido)

Fonte: *UK Trade Investments*, 2011.

Os autores se baseiam na conectividade do cidadão nos espaços urbanos, e como este cidadão pode ser inserido no espaço de maneira mais eficiente e eficaz? Atualmente a resposta é: Através da tecnologia. Quanto mais investimentos em melhores tecnologias para gerir tais setores, mais inteligente e interconectada esta cidade será. Os investimentos massivos nestas áreas geram retorno em melhor qualidade de vida aos cidadãos e maior participação destes na melhoria contínua dos processos que permeiam as cidades.

Assim, faz-se imprescindível compreender que a maneira com que a gestão das cidades está lidando com as tecnologias e inserindo-as, integrando-as e fazendo as informações gerarem conhecimento, tais cidades partirão na transformação de seu campo digital para o inteligente.

3. METODOLOGIA

Para a produção dos dados apresentados, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2002, p.44), "a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, composto principalmente por livros e artigos científicos". Enquadra-se como pesquisa explicativa, uma vez que visava apresentar a descrição das características de uma população ou fenômeno específico (GIL, 2002). Os dados foram interpretados de forma analítica para atender aos objetivos propostos, recebendo tratamento qualitativo. As etapas de evolução metodológica estão descritas abaixo:

Foram identificadas fontes acadêmicas e documentos oficiais relevantes relacionados à transformação digital em administrações públicas municipais e práticas de gestão da informação. Foram consultadas bases de dados acadêmicos, bibliotecas digitais e repositórios institucionais.

Os materiais obtidos na fase anterior foram avaliados quanto à sua relevância para o estudo. Além disso, foram selecionadas as obras e documentos mais pertinentes, e uma revisão bibliográfica foi realizada para obter uma visão abrangente das práticas de gestão da informação em contextos municipais.

Documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista relacionados à transformação digital, gestão da informação e políticas públicas foram obtidos. Isso incluiu planos estratégicos, relatórios de gestão, políticas de acesso à informação, entre outros.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente para identificar tendências, desafios e oportunidades relacionados à transformação digital na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Os resultados da análise de dados primários foram correlacionados com os achados da revisão bibliográfica e documental para verificar a congruência e identificar lacunas de conhecimento.

Com base nos resultados da pesquisa e na revisão da literatura, foram elaboradas recomendações específicas para aprimorar a gestão da informação na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Foram propostas estratégias de implementação das recomendações, considerando os recursos disponíveis, as melhores práticas identificadas e os objetivos de transição para uma Cidade Inteligente.

Foi produzido um relatório de pesquisa abrangente que incluiu os resultados, conclusões, recomendações e estratégias desenvolvidas ao longo do estudo. Essa metodologia possibilitou uma análise abrangente da transformação digital na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, identificando áreas de melhoria e fornecendo diretrizes práticas para a transição para uma Cidade Inteligente.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. DESCRIÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA

Em termos demográficos, segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE (2010), Vitória da Conquista (FIGURA 2) contava com cerca de 310 mil habitantes e, conta, atualmente com 343.643 mil habitantes estimados no ano de 2021, em um estado com população acima de 15 milhões. O município tem uma ótima ocupação, sendo sua densidade demográfica de 91,41 hab/km², enquanto no estado da Bahia é de 24,82 hab/km². Em termos gerais, configura-se como a terceira mais populosa cidade do estado (IBGE, 2022).



Figura 2 – Vista parcial de Vitória da Conquista-BA
Fonte: Agência Sertão, 2020

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Vitória da Conquista é 0,678, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,681, e de Educação, com índice de 0,581, em uma escala de 0 a 1. Este índice teve uma grande ascendência entre os anos de 1991 e 2010, o que caracteriza uma maior escolaridade da população do município, com mais crianças e jovens nas escolas ou completando ciclos, também no ensino fundamental e médio.

Vitória da Conquista possui a sexta maior economia da Bahia, com participação de 2,4% no PIB do estado. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), o PIB da Bahia, em 2011, foi de R\$ 159.868,62 bilhões e o de Vitória da Conquista R\$ 3.836,50. Já no quesito renda per capita, o município fica à frente da Bahia, tendo R\$ 12.370,65 e o estado R\$ 11.419,63. (PMVC, 2022). Outro dado importante para a economia é a geração de emprego. Só a construção civil emprega mais de 5 mil pessoas e a geração de novos empreendimentos como a um novo supermercado de atacarejo na Avenida Juracy Magalhães, proporcionaram a geração de mais postos de trabalho.

Conquista é a 5^a maior economia do estado, com PIB de sete bilhões e duzentos milhões, representando 2,47% do PIB estadual, e PIB per capita de R\$ 21.459,85 (SEI/IBGE). Na geração de empregos formais, o município é o primeiro do Nordeste e o 5º no Brasil, de acordo com o Caged. Vitória da Conquista é a segunda melhor cidade do Nordeste para se viver, como mostra o Índice dos Desafios da Gestão Municipal. (IDGM) 2021 (PMVC, 2022).

Desde 2019, a cidade também vem em um processo de transformação e mudanças significativas na sua gestão política e administrativa, o que levou a uma atuação com uma gestão inovadora e voltada principalmente para pessoas. Com isso, estamos modernizando a nossa cidade, valorizando os servidores e principalmente atendendo as demandas da população conquistense. Dentre os projetos mais recentes para inovação estão: a implantação do Polo tecnológico; a migração para um sistema totalmente digital e o lançamento do edital do agente de inovação. (PMVC, 2022).

Com esses números, Vitória da Conquista é considerada a segunda cidade que mais cresce no estado, a terceira entre as do interior do Nordeste e a sétima mais importante entre as

médias cidades brasileiras. Este ano, a capital do sudoeste baiano se destacou ainda como uma das 48 cidades médias, acima de 200 mil habitantes, que se desenvolve mais rapidamente do que a média nacional. (PMVC, 2022).

4.2. DIAGNÓSTICO

4.2.1 Gestão da Informação No Setor Público

No município em análise, a cidade de Vitória da Conquista – Bahia, a informação é passada ao cidadão de forma principal por meio do Diário Oficial, do Portal da Transparência, e de mídias sociais, tais como o site oficial da prefeitura e o *Instagram* oficial.

O Portal da Transparência da cidade de Vitória da Conquista é uma forma de se verificar informações acerca da execução orçamentária e financeira, das ações governamentais e do movimento extraorçamentário, entre outros (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PMVC, 2022).

Sendo criado a fim de atender a demandas de informações acerca da gestão pública e cumprindo a determinações legais presentes na Lei Complementar no 131/2009 e na Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/2011, a fim de promover o acesso dos munícipes aos dados referentes a aplicação dos recursos públicos (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PMVC, 2022). Assim, compreende-se que o Portal da Transparência é uma forma de acesso a informações que dizem respeito à execução financeira e orçamentária do município.

Salienta-se que o portal é disponível a toda a população, porém divulgado principalmente em meios eletrônicos e utilizando-se de termos, expressões e siglas que podem não ser de entendimento geral, motivo pelo qual ele possui um glossário para garantir maior compreensão por parte da população.

Outra forma de divulgação é o Diário Oficial, que parte do princípio da publicidade, onde, segundo o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a administração pública, seja direta ou indireta, em qualquer um dos poderes da União, Estados, Distrito Federal, ou Municípios, deve obedecer aos princípios de legalidade, de impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

Assim, conforme o princípio da publicidade, ampliado no parágrafo primeiro do mesmo artigo,

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (BRASIL, 1988, artigo 37, § 1º)

Desse modo, compreende-se que a publicidade dos programas, produtos e serviços do poder público é um princípio necessário, e que garante que a população tenha acesso às informações acerca da gestão, e que possa participar de tal gestão.

O Diário Oficial é um dos meios usados pelos gestores e pelo poder público de forma geral para a divulgação dos diversos atos, a fim de educar a população e de informá-la acerca daquilo que está sendo realizado pelos gestores, podendo assim servir de canal entre o poder público e os munícipes.

Rezende (2007), pontua que o acesso a informações, tanto pelos gestores como pela população em geral permite um melhor planejamento e que a gestão seja executada de forma

participativa, considerando os diferentes aspectos sociais do município, visando que a maior parte deste possa de fato conhecer e participar do processo de gestão, e isso perpassa pelo conhecimento dos serviços públicos prestados.

Os produtos e serviços prestados pelo município também são divulgados nestes meios, como forma de informar e educar acerca dos projetos, obras e serviços prestados. Um dos projetos de divulgação na cidade estudada que foi mais acentuada nos últimos dois anos, é a divulgação do cronograma de vacinação, que é postado nas mídias sociais da prefeitura, em geral, na noite anterior de seu início para a faixa etária a ser priorizada.

Desse modo, compreende-se que a maior parte das informações chegam ao munícipe através de meios que requeiram o seu acesso à internet, e que possua meios para tal. No entanto, nem todos os munícipes possuem regularmente o hábito de verificar as informações sobre produtos e serviços públicos a serem ofertados pelo poder público, assim como nem todos possuem meios para tal.

Dentre estes destacam-se os idosos, que em geral possuem maiores dificuldades com o acesso a mídias sociais, e aqueles em situação de risco, como moradores de rua, por exemplo.

Tal parte da população, que não tem acesso as mídias sociais, como o site da prefeitura ou o Instagram acaba por não receber de forma facilitada a tais informações, necessitando de auxílio de terceiros, e da divulgação destes dados pelas redes de rádio e televisão. Salienta-se que outros produtos e serviços ofertados pelo poder público também são divulgados em mídias sociais e no diário oficial, acessados em sua maior parte por meios eletrônicos.

Destarte, compreende-se que nem toda a população tem acesso a estes meios e, apesar de ser minoria, essa população não deve ser descartada. Assim, para que tais munícipes tenham de fato acesso a informação que lhes é necessária e assegurada por lei, que o poder público visualize que tal população existe e que busque meios para que as informações cheguem a eles.

De modo geral, o município em análise garante o acesso à informação, conforme determinado pelas legislações vigentes, porém utiliza-se de meios eletrônicos para a maior parte dessas divulgações, assim como para facilitar e garantir um acesso rápido a estas, que, nem sempre toda a população tem facilidade ou acesso de forma geral.

4.2.2 Planejamento Estratégico Municipal

O PEM da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, do ano de 2019 - vigência a partir de 2020, dispõe acerca da criação da Agência Reguladora, para regular e fiscalizar os serviços de todos os serviços públicos oferecidos à população da cidade. O PDDU está desatualizado, no último registrado é do ano de 2018, para atender as mudanças e necessidades dos munícipes ele deve estar atualizado. Desse modo, os recursos serão alocados de maneira mais coerente.

4.2.3 Planejamento de Informações e Tecnologias

As informações que são repassadas aos Munícipes da cidade, se dão pelo acesso virtual através de sites citados anteriormente e pelo site integralizado da cidade no qual é possível identificar a unificação dos aspectos municipais. Ocorrendo desta maneira o acesso a informação aqueles que em tese possuem o "privilegio" do acesso, em detrimento da população

que além de não possuir acesso direto aos dados da cidade, não conseguem compreender as informações se vier a ter conhecimento destes. Entretanto, considerando a globalização e os avanços tecnológicos, vê-se que esta forma de ampliação dos acessos municipais a população, é uma alternativa que viabiliza e alcança parte da população.

Para o avanço e participação inclusiva, é necessário que novas formas de abordagens sejam pensadas para essa população que indiretamente vem sendo invisibilizada, pensando por exemplo em mutirões de aulas com explicações transmitidas a essas pessoas de forma que seja compreensível. Além disso, é indispensável que o servidor que irá atuar em prol desta efetiva ação, seja devidamente capacitado.

No que tange a evolução de projetos que caminham ao rumo da transformação digital, a cidade se destacou em 2012, entre 80 cidades do Brasil pela implantação do anel de 24km de fibra ótica, o que gerou avanços Hospital Municipal Esaú matos com a telemedicina e com potencialidade de vagas. (PMVC, 2014).

4.2.4. Transformação Digital, Cidade Digital e Cidade Inteligente

Vitória da Conquista, em sua esfera municipal tem tentado alcançar um eixo tecnológico à cidade de diversas formas. Na pretensão de tornar a cidade um polo digital e tecnológico em uma das proposições foi criado o Hub Sudoeste. Para compor este tópico e avaliar de melhor maneira esse processo de transformação da cidade, será dividido em três partes: o processo de transformação na infraestrutura de telecomunicações; nos serviços online e aplicativos e por fim políticas e projetos com serviços digitalizados (e-gov).

4.2.4.1 Infraestrutura de telecomunicação

Na infraestrutura de telecomunicação percebe-se que a prefeitura municipal acompanha os avanços digitais, mas não faz uso exacerbado de tais. Começa-se com o rádio, não existe nenhum rádio municipal que elenque os feitos e notícias da esfera do município, nem TV. Em relação a internet, a prefeitura faz uso atualmente do site da prefeitura (<https://www.pmvc.ba.gov.br/>), conforme mostra a Figura 3, para divulgar informações importantes sobre o município e atualizações. A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), também possui um Instagram onde divulga diversos informativos. Além disso, cada secretaria do município conta com telefones fixos, próprios para contato. Recentemente, com o advento da rede social e poderosa ferramenta de comunicação, o WhatsApp, alguns serviços da prefeitura e comunicados passaram a ser realizados por lá.



Figura 3: Portal da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC)
Fonte: PMVC, 2022.

4.2.4.2 Serviços online/homepage do município e aplicativos existentes

Na página da prefeitura, também é possível acessar as diversas secretarias e obter informações para entrar em contato. Em relação a mobilidade urbana, possui o site da ATUV (Agência de Transporte Urbano de Vitória da Conquista) e aplicativo correspondente onde os cidadãos fazem aquisição dos cartões de ônibus, recarga de vale transporte etc.

4.2.4.3 Políticas ou Projetos com serviços digitalizados (Governo Eletrônico).

A cidade ainda caminha a pequenos passos para o sistema de e-gov. Um dos passos que se tem conhecimento é na esfera da mobilidade urbana com o serviço de atualização cadastral dos estudantes via site ou aplicativo pela ATUV, além da realização de recargas pelo aplicativo. Com o advento do PIX, a PMVC, pretende, também, implantar a modalidade de pagamento no sistema de transporte coletivo urbano. Através do portal, pode-se consultar localização de radares, emitir ocorrências e notificações de trânsito, além de proceder com defesa em relação a alguma infração.

No site da prefeitura também é possível emitir guias de impostos municipais como o ITBI, IPTU e ISS sem necessariamente ir até a prefeitura para fazê-lo. Na área de assistência social é possível cadastrar famílias que queiram realizar acolhimento infantil. Lá também é possível acessar as leis municipais de maneira sistematizada.

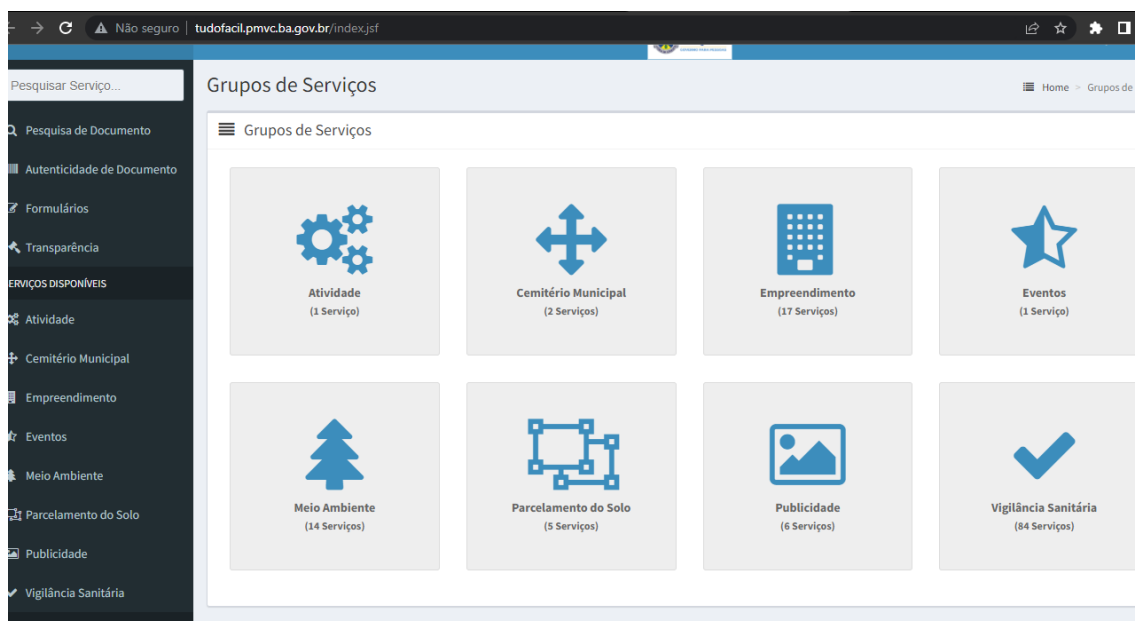


Figura 4: Portal "Tudo Fácil"
Fonte: PMVC, 2022.

Um avanço que parece significativo, em se tratando de e-gov, é a formulação do portal e aplicativo “Tudo Fácil”, conforme disposto na figura 4. A sua criação visa facilitar o acesso e solicitação a todos os serviços dispostos pela prefeitura de maneira integrada, auxiliando no dia a dia do cidadão em busca de tais serviços.

Percebe-se aqui, que a cidade avança em busca de melhorar e facilitar o acesso dos munícipes aos serviços e informações. No entanto, ainda há um longo caminho a seguir a fim de se tornar a cidade mais inteligente, unindo a tecnologia e outras áreas da gestão pública municipal de maneira integrada.

4.3. PROGNÓSTICO

Com base nas informações colhidas sobre a Prefeitura Municipal da cidade de Vitória da Conquista - Bahia e seus meios de divulgação de informações públicas, é possível propor ações e planos de melhorias na "Gestão da Informação Pública" no município. Essas ações visam garantir que as informações sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente do acesso à internet ou de habilidades digitais. Aqui estão algumas sugestões:

- Ampliação da Comunicação Multicanal: Para atender a todos os segmentos da população, a prefeitura deve diversificar seus canais de comunicação. Além dos meios digitais, como sites e redes sociais, a administração municipal pode utilizar rádio, televisão local e até mesmo folhetos impressos para divulgar informações importantes, como programas sociais, calendário de vacinação, serviços públicos etc.
- Treinamento da População: Oferecer programas de treinamento e capacitação digital para grupos que enfrentam dificuldades em acessar informações online, como idosos e pessoas em situação de risco. Esses programas podem ser conduzidos em bibliotecas, centros comunitários ou escolas.

- Glossário Online: Continuar a manter o glossário online no Portal da Transparência para explicar termos técnicos e siglas, tornando as informações mais compreensíveis para o público em geral.
- Programa de Acessibilidade: Certificar-se de que os serviços online sejam acessíveis a pessoas com deficiência, seguindo as diretrizes de acessibilidade da web. Isso inclui a disponibilização de versões em áudio, legendas em vídeos e opções de alto contraste para pessoas com deficiência visual.
- Centro de Atendimento ao Cidadão: Estabelecer centros de atendimento físico onde os cidadãos possam obter informações, solicitar serviços e esclarecer dúvidas em pessoa, especialmente para aqueles que não têm acesso à internet.
- Atualização do PDDU: Priorizar a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para refletir as mudanças e necessidades dos municípios. Isso garantirá que os recursos sejam alocados de maneira mais coerente e atendam às demandas da população.
- Expansão do Governo Eletrônico (e-gov): Continuar a avançar na implementação de serviços online para simplificar processos burocráticos e melhorar a interação entre a administração pública e os cidadãos. Isso pode incluir a expansão do portal "Tudo Fácil" e a introdução de mais serviços online, como agendamento de consultas médicas, solicitação de documentos etc.
- Ações de Comunicação em Saúde: Continuar a divulgação eficaz do cronograma de vacinação, mas também expandir as informações relacionadas à saúde pública. Isso pode incluir campanhas educacionais sobre prevenção de doenças, nutrição e cuidados com a saúde.
- Monitoramento e Avaliação: Estabelecer indicadores de desempenho para medir o impacto das ações de comunicação e garantir que estão atingindo os segmentos da população que mais precisam.
- Participação Pública: Fomentar a participação pública por meio de consultas públicas, fóruns de discussão e canais de feedback para que os cidadãos possam contribuir ativamente na tomada de decisões governamentais.
- Segurança de Dados: Garantir a segurança e proteção dos dados dos cidadãos, especialmente em serviços online que coletam informações pessoais.
- Avaliação de Impacto Social: Realizar avaliações regulares para entender como as ações de melhoria na gestão da informação estão afetando a qualidade de vida e a satisfação da população.

Essas ações podem ser implementadas de forma gradual, com base nas prioridades da prefeitura e nos recursos disponíveis. A chave é garantir que a gestão da informação pública seja inclusiva, acessível e atenda às necessidades de todos os cidadãos da cidade de Vitória da Conquista.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa realizada teve como objetivo central analisar a gestão da informação pública no município de Vitória da Conquista - Bahia, com o propósito de identificar possíveis melhorias que pudessem impulsionar o desenvolvimento da transformação digital em direção a uma cidade inteligente. Para atingir esse objetivo, foi conduzida uma revisão teórica que incorporou uma variedade de fontes de informações, incluindo os acervos disponíveis sobre o assunto, bem como os dispositivos de visualização de dados disponibilizados pela prefeitura.

Considerando o contexto de Vitória da Conquista como uma cidade média do interior da Bahia, é importante reconhecer que a cidade está intrinsecamente ligada a um histórico de desigualdades que remonta ao seu processo de construção. Essas desigualdades permeiam todos os aspectos estruturais da cidade. Nesse sentido, torna-se evidente que Vitória da Conquista enfrenta desafios significativos que precisam ser abordados para que a visão de uma cidade inteligente possa ser concretizada.

A administração municipal tem demonstrado esforços na implementação de inovações que estão produzindo resultados positivos. No entanto, a transformação em uma cidade inteligente requer uma abordagem holística que vá além da digitalização e considere também questões estruturais essenciais, como segurança, combate à violência, redução do consumo de drogas, igualdade de gênero, equidade social, melhoria da educação, acesso à saúde e erradicação da fome.

Portanto, é crucial reconhecer que, embora haja avanços visíveis na cidade, a transformação em uma cidade inteligente é um processo de longo prazo que demanda planejamento estratégico consistente e ação persistente. A superação dos desafios estruturais e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária são pré-requisitos essenciais para que Vitória da Conquista alcance seu potencial como uma cidade inteligente e efetivamente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BOUNABAT, B. *From e-government to digital Government. Electronic Journal of Information Technology*, [S.l.], dec. 2017. ISSN 1114-8802. Available at: <<http://www.revue-eti.net/index.php/eti/article/view/117>>>. Acesso em: 07 de jul. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm>. Acesso em: 14 julho 2022.

_____. Do eletrônico ao digital. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>>. Acesso em: 29 de jul. 2022.

CAPELLO, R.; CARAGLIU, A.; NIJKAMP, P. Territorial capital and regional growth: increasing returns in cognitive knowledge use. *Tinbergen Institute Discussion Paper*, 2009.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. 4ª Edição. Rio de Janeiro: *Paz e Terra*, 2009.

_____. A Sociedade em rede. 6ª Edição. São Paulo: *Paz e Terra*, 2011.

CZAJKOWSKI, J. S. As SmartCities no contexto Pós-Revolução Digital: Um estudo do binômio efetividade x interesse coletivo na atual Sociedade da Informação. Anais. Maringá, *EnAnpad*, 2021.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *RAP — RIO DE JANEIRO* 43(1):23-48, JAN./FEV. 2009. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/f9ZFfjhYtRBMVxLPjCJMKNJ/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 30 de ago. 2022.

FERNANDES, R.; FERNANDES, R. Do Digital ao Inteligente: Tópicos para uma abordagem geográfica. 2006.

FERNANDES, R. J. L.; FERNANDES, R. J. G. A cidade digital vs a cidade inteligente: estratégias de desenvolvimento socioeconômico e/ou de marketing territorial. 2006.

GUIMARÃES, P. B. V.; DE ALENCAR XAVIER, Y. M. Smartcities e direito: conceitos e parâmetros de investigação da governança urbana contemporânea. *Revista de Direito da Cidade*, v. 8, n. 4, p. 1362-1380, 2016.

GAMA, R.; FERNANDES, R. O Digital como veículo para o Inteligente: Tópicos para uma abordagem territorial. In: *Actas do 2º Congresso Luso Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*. 2014.

GOMES, H. S. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>>.. Acesso em: 09 ago. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; SOBREIRA, R. V. Políticas e Gestão da Informação Pública: O Caso da Prefeitura de Salvador. *Inf. & Soc.: Est., João Pessoa*, v.17, n.2, p.109-118, maio/ago. 2007.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 383-405, nov. 2013.

LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 24, p. 109-123, 2008.

MACAYA, J. F. M. Cidades Inteligentes, Gênero e Segurança: Situando o Debate a partir de Revisões Sistemática e Integrativa da Literatura. Anais. Maringá, *EnAnpad*, 2021.

PMVC - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Perguntas Frequentes. 2022. Disponível em:

<<http://vitoriadaconquista-ba.portaltip.com.br/consultas/informacoes/faq.aspx>>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

PMVC - SITE. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

_____. Vitória da Conquista: um exemplo em matéria de investimentos em tecnologia. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/vitoria-da-conquista-um-exemplo-em-materia-de-investimentos-em-tecnologia/>>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

PMVC - TUDO FACIL. Disponível em: <<http://tudofacil.pmvc.ba.gov.br/index.jsf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

REZENDE, D. A. Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios. *RAP*. Rio de Janeiro v. 41, n. 3, p. 505-36, maio/jun., 2007.

_____. Planejamento de Estratégias e Informações Municipais para Cidade Digital. São Paulo: *Atlas*, 2012.

RIZZON, F. *et al.* *Smart City*: um conceito em construção. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade* (ISSN 2318-3233), v. 7, n. 3, p. 123-142, 2017.

RODRIGUES, A. C.; PAULA, A. P. 2022. Prestação dos serviços públicos à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). *Academia De Direito*, v. 4, p.1039–1055, 2022.

SCHWAB, K. *The fourth industrial revolution*. Currency, 2017.

SILVA, K. M. P.; BARROSO, H. C. M. de P. A rede social de inteligência coletiva e a criatividade na cidade: Proposição de framework de cidade inteligente e criativa.

UHLIR, P. Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público. Local: *UNESCO*, 2006.